

Cercados e Perseguidos: a Confederação Geral do Trabalho (CGT) nos últimos anos do sindicalismo revolucionário em Portugal (1926-1938)*

Por

Paulo Guimarães**

Resumo:

Os anos '30 assistiram à perda definitiva da hegemonia da Confederação Geral do Trabalho (CGT) sobre o movimento operário português e ao fim do sindicalismo revolucionário e do anarco-sindicalismo como força ideológica mobilizadora entre os trabalhadores. A análise histórica deste processo passou por conhecermos o posicionamento estratégico do órgão confederal face ao movimento militar do 28 de Maio de 1926 bem como os problemas com que a organização sindical se deparou até ao malogrado movimento do 18 de Janeiro de 1934. Este texto pretende descrever a relação entre a organização confederal e os sindicatos face às forças desagregadoras internas, por um lado, e a ofensiva patronal e do Estado, por outro. A análise foi balizada cronologicamente pelo movimento militar que impôs um regime de ditadura, em 1926, e o acto final desesperado que constituiu o atentado contra Salazar, a 4 de Julho de 1937, e atentou na acção dos militantes confederais bem como no papel da concorrência comunista face aos problemas emergentes até à institucionalização do Estado Corporativo.

Palavras-chave: Sindicalismo – CGT (Portugal), anarquismo, Estado Novo.

1. Introdução

É geralmente aceite pelos historiadores que os anos '30 do século XX constituíram um período de viragem no movimento operário português¹. Com a eficiente acção repressiva

* A versão preliminar deste texto foi apresentada no II Encontro Luso-Espanhol de História Política intitulado “Conflicto Político, Democracia y Dictadura. España y Portugal en la década de 1930”, o qual decorreu em Madrid, na Faculdade de Ciências Políticas e Sociologia da Universidade Complutense, nos dias 25 e 26 de Novembro de 2004. O autor agradece a João Freire as sugestões e os comentários feitos a essa versão.

** Departamento de História e Cidehus (Centro Interdisciplinar de História e Ciências Sociais), Universidade de Évora.

¹ Sobre esta problemática veja-se, em especial, os estudos de João Freire, *Anarquistas e Operários Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*, Porto, Afrontamento, 1992, de Fátima Patriarca, *A Questão Social no Salazarismo, 1930-1947*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995 (2 vols.) e *Sindicatos Contra Salazar: A revolta do 18 de Janeiro de 1934*, Lisboa, ICS, 2000 e o artigo de João Arsénio Nunes, “Sobre alguns aspectos da evolução política do Partido Comunista Português após a reorganização de 1929 (1931-1933)”, *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981-3º 4º, 715-731. A actuação da Confederação Geral do Trabalho neste período foi descrita pelos militantes confederais Manuel Joaquim de Sousa, *Últimos Tempos de Acção Sindical Livre e do Anarquismo Militante, 1925-1938*, Lisboa, Antígona, 1989 e Emídio Santana, *Tempos de luta de Adversidade e de Esperança: Memórias de um Militante Anarco-Sindicalista*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, s.d. (1983). Edgar Rodrigues publicou numerosa documentação em *A Resistência Anarco-Sindicalista à Ditadura. Portugal, 1922-1929*, Lisboa, Sementeira, 1981. A colectânea de estudos publicados na *História do Movimento Operário Revolucionário*, São Paulo, Imaginário, 2004 dá-nos

policial exercida sobre os sindicalistas e, depois, com a integração dos trabalhadores e dos seus sindicatos na ordem corporativa, a Confederação Geral do Trabalho (CGT) ficou irremediavelmente debilitada e incapaz de fazer face à concorrência que os comunistas lhes moviam no meio operário. A hegemonia ideológica do anarco-sindicalismo e do sindicalismo revolucionário sobre a militância operária, que fora já questionada no Congresso da Covilhã (1 de Outubro de 1922) e agravada depois, com a cisão comunista, no Congresso de Santarém (23 a 27 de Setembro de 1925), desapareceria². Das suas cinzas erguer-se-ia então o P.C.P. como força hegemónica no meio operário para o “combate ao fascismo”. Se bem que este quadro simplificador tenda a sobrevalorizar o peso, a influência e a capacidade de acção dos comunistas e do seu partido antes da II Guerra Mundial (por contraposição aos libertários), não restam dúvidas que os anos que vão do movimento do 28 de Maio de 1926 à malograda greve geral de 18 de Janeiro de 1934 foram cruciais na desarticulação da organização confederal. Este processo, que constitui o objecto central deste estudo, levou-nos a recuar a análise até às vésperas do 28 de Maio, quando a CGT supostamente ainda mantinha a sua estrutura organizativa se não fortalecida, pelo menos intacta, na mira de eventuais erros estratégicos na acção desenvolvida pelos seus militantes. A investigação efectuada sobre as relações entre os organismos confederais, os sindicatos e os militantes incidiu principalmente no Arquivo Histórico-Social (AHS) e beneficiou das importantes contribuições historiográficas recentes nesta área³.

2. A CGT face ao 28 de Maio de 1926: a “expectativa vigilante” e o “deplorável estado da organização confederal”.

O movimento militar de 28 de Maio de 1926 não constituiu para os militantes confederais qualquer surpresa. Em Abril e Junho de 1925 tinham eclodido em Lisboa duas revoltas militares na qual tinham tomado parte monárquicos, nacionalistas e outras forças das direitas. A intervenção bem sucedida do governo contara com o apoio popular na capital. Antes destes acontecimentos, a 12 de Fevereiro, escrevia-se n’A *Batalha*, o órgão da organização confederal: “A revolução fascista: eis o perigo a enfrentar imediatamente (...)”

uma perspectiva transnacional dos problemas com que se defrontou o sindicalismo revolucionário e o anarquismo entre as duas guerras mundiais.

² Sobre o debate ideológico no seio dos anarquistas e das suas relações com o sindicalismo em Portugal veja-se ainda o estudo introdutório de João Freire à reedição da obra de Neno Vasco, *Concepção Anarquista do Sindicalismo*, Porto, Afrontamento, 1984, pp.7-44.

³ Para além dos contributos já mencionados, refira-se ainda o estudo de Maria Inácia Rezola, *O Sindicalismo Católico no Estado Novo, 1931-1948*, Lisboa, Estampa, 1999. O trabalho de Luís Farinha, *O Revirvalho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo, 1926-1940*, Lisboa, Estampa, 1998 é fundamental para situar a participação anarco-sindicalista no contexto mais vasto da resistência à implantação do novo regime.

Que em todo o país o operariado se prepare para a luta, dispondo-se a não conseguir que vingue um regime ditatorial que o estrangulará”.

A recensão deste órgão de imprensa operário mostra que a ameaça fascista era levada seriamente desde meados de 1924 pelo menos⁴. A experiência por que passavam os trabalhadores sob o regime mussoliniano e riverista não deixava margem para dúvidas das consequências da implantação dum regime do mesmo tipo para os sindicalistas portugueses. Assim, na noite de 30 de Maio de 1926, o Conselho Confederal da CGT, que reunira para tomar posição face ao movimento militar, emitia uma nota oficiosa na qual manifestava a necessidade de “uma prevenção rigorosa do proletariado contra a eventualidade de um governo animado do mesmo pensamento e da mesma vontade”⁵. No entanto, e ao contrário do que sucedera meses antes, face à intentona militar de 19 de Abril de 1925, o seu órgão oficial tomava uma atitude de neutralidade e de expectativa perante os acontecimentos. Apenas a 1 de Junho de 1926 *A Batalha* tomava uma posição claramente contra a ditadura instaurada proclamando “em princípio a greve geral revolucionária em todo o país” e lançando um apelo “às armas ao povo de Lisboa”. Esta votação da greve geral “em princípio” mantém-se no dia seguinte através duma nota do Comité de Resistência da C.G.T., órgão criado para preparar o movimento. Enquanto isso, *A Batalha* limitava-se a transcrever as declarações públicas dos chefes militares e a colocar-se numa atitude de expectativa vigilante. Uma semana depois, a CGT, sob a ameaça dos militares, altera o seu posicionamento relativamente à preparação da greve geral. Essa mudança de atitude justificar-se-ia porque parecia “ter sido desviada a trajectória francamente militar ditatorial”. A proclamação da greve geral revolucionária, que deveria aparecer no suplemento daquele jornal, viria somente vinte dias depois, a 17 de Junho. Contudo, tal proclamação não chegou a vir a público, pois a polícia antecipou-se e apreendeu essa tiragem. Nela se afirmava que “por detrás desse movimento militar está claramente, indubitavelmente, a monarquia, a mais férrea de todas as ditaduras, a imposição dum regime à Mussolini ou à Rivera com o seu horroroso cortejo de destruição de tudo quanto represente o espírito liberal do povo português” e proclamava-se estar o caminho

⁴ Entre Abril de 1924 e Junho de 1925 houve 7 tentativas de golpe militar, tendo os governos republicanos publicado um total de 39 leis de amnistia que colocaram em liberdade todos os implicados (V. Douglas L. Wheeler, *História Política de Portugal 1910-1926*, Mem Martins, Europa-América, s.d. [1976], p. 249. O militante confederal Manuel Joaquim de Sousa testemunharia anos mais tarde que “(...) de há muito a CGT e o seu órgão de imprensa, *A Batalha*, vinham agitando a necessidade do proletariado organizado se opor por todos os meios a uma situação político-militarista-reaccionária cujo advento há muito se pressentia.” (*Últimos Tempos...*, p.26). Veja-se também António José Telo, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 2º volume, p.85-112.

⁵ Jacinto Baptista, *Surgindo vem ao longe a nova aurora; Para a história do diário sindicalista A Batalha (1919-1927)*, Amadora, Bertrand, 1977, p.141.

aberto para a guerra civil⁶. No entanto, a greve geral não chegou a realizar-se pois, como vimos, nem mesmo esta proclamação viria a público.

A falta de preparação da CGT perante o movimento militar desencadeado a menos de um ano do Congresso de Santarém causa alguma perplexidade, tanto mais que esta não parecia interessada em estabelecer alianças políticas com nenhum dos partidos republicanos. Segundo Manuel Joaquim de Sousa, menos de dois meses antes do movimento militar, “militantes da CGT tinham sido abordados por homens responsáveis da Esquerda Democrática, que pretendiam que a CGT colaborasse com esse partido numa acção destinada a derrubar o governo de António Maria Silva, apresentando-lhes o perigo fascista, desenhado por Filomeno da Câmara e outros. Sabia-se que os irmãos Cabeçadas organizavam febrilmente uma revolução com carácter conservador, e inúmeros oficiais conspiravam nos quartéis. *O cunho reaccionário da larga conspiração era visível, quase palpável.*”⁷ Ora, se não restavam dúvidas sobre a natureza do movimento que se preparava às claras, a posição da CGT foi a que “não podia dar uma colaboração com fins particularistas”, ou seja, não estava interessada em sacrificar a organização operária numa acção que servisse para beneficiar qualquer um dos partidos “burgueses” que se digladiavam na luta pelo poder. E aquele militante confederal conclui: “[A CGT] entraria, sim, em acção, mas como força própria, contra a ameaça do fascismo, partisse o perigo donde partisse”⁸. Ora, quem conhecia o estado da organização operária naquela altura sabia que a CGT não tinha nem capacidade de mobilização nem meios materiais para desencadear uma acção independente. Os últimos acontecimentos aconselhavam a CGT a não ser arrastada para aventuras políticas, das quais seria a principal sacrificada. Assim, o que a CGT procurava era preservar a sua autonomia na acção.

Constituiu este posicionamento, aparentemente evitado de sectarismo ideológico, um erro estratégico que lhe seria fatal? Jacinto Baptista, numa análise muito posterior, escreveria, em jeito de balanço que “o anarco-sindicalismo (...) ao repudiar sistematicamente o envolvimento em pugnas partidárias, se distraiu da gravidade da situação que estava a preparar-se à sua ilharga e que, quando acordou, já era tarde”⁹. Efectivamente, se a posição

⁶ O suplemento que se encontra depositado na BNL foi publicado por J. Baptista, *Surgindo vem ao longe...*, p.145.

⁷ M. J. Sousa, *Últimos Tempos de Acção Sindical Livre e do Anarquismo Militante...*, pp. 24-25, grifos nossos. Sousa referia-se certamente à “rebelião” de 1-2 de Fevereiro de 1926 no qual esteve o Partido Radical e o empreiteiro João Martins Jr. O general Gomes da Costa tinha-se aproximado dos “radicais” mas, de acordo com A. J. Telo (*ob. cit.*, p.94), estes só conseguiam ter alguma adesão na GNR (cuja capacidade bélica tinha sido muito diminuída desde 1923) e na marinha.

⁸ M. J. Sousa, *Últimos Tempos...*, p. 25.

⁹ J. Baptista, *Surgindo vem ao longe a nova aurora...*, p. 63.

inicial d'A *Batalha* perante o movimento militar foi de “expectativa vigilante” (talvez pela presença de Gomes da Costa ou porque esperassem que os acontecimentos evoluíssem a seu favor), a eventual recusa da CGT integrar um movimento de sinal contrário ao lado das forças “burguesas” pode explicar-se também pelas acusações de colaboracismo com os governos republicanos, acirradas pelos comunistas.¹⁰

Para explicar a passividade *de facto* da CGT face ao movimento militar, Manuel Joaquim de Sousa destaca a importância da clivagem entre as posições assumidas pelo Comité Confederal da CGT e a postura pública do seu órgão, *A Batalha*, o qual teria contribuído para desorientar o operariado em tão grave momento.¹¹ Mas salienta igualmente, de forma mais velada, o divórcio que se instalara entre os militantes sindicalistas no “topo” da estrutura e os sindicatos.¹² No primeiro caso, esteve a oposição entre Manuel Joaquim de Sousa e Santos Arranha, instalando-se um conflito interno no Comité Confederal que levaria meses a sanar. Para Arranha, a posição de expectativa assumida por *A Batalha* traduzia de forma realista a situação de impotência que resultava do próprio estado em que se encontrava a organização confederal.

Ora, os dois últimos anos tinham sido muito difíceis para os sindicatos. Sob o governo “canhoto” de José Domingos dos Santos e do seu sucessor, Vitorino Guimarães, verificou-se um endurecimento da acção policial sobre a militância operária, a coberto da campanha de imprensa da direita contra a Legião Vermelha¹³. Prisões e espancamentos de sindicalistas sem

¹⁰ José da Silva, secretário-geral do Partido Comunista Português, atestaria esta atitude em testemunho posterior, a propósito do movimento de 3 de Fevereiro de 1927: “Nesse tempo, a separação entre as organizações socialistas que praticavam a luta de classes e as outras formações políticas democráticas, por muito radicais que estas se apresentassem, era de tal forma estanque que nenhum comunista, anarquista ou sindicalista se aventurava a correr o risco de ser tomado como colaborador com elementos burgueses, mesmo reconhecidos como liberais” (*Memórias dum Operário: 2º volume. Após o 28 de Maio e Oposição Democrática*, Porto, 1971, p.32). Veja-se também a este respeito o J. A. Nunes, “Sobre alguns aspectos da evolução política do Partido Comunista Português...”, *art. cit.*, o qual confirma esta tese.

¹¹ Enquanto o Comité Revolucionário, nomeado pelo Comité Confederal da CGT, publicava as suas “notas officiosas, marcando a orientação do proletariado contra o estado de coisas triunfante, que impunha, declaradamente, a ditadura por nós combatida (...) o jornal dava um noticiário absolutamente contraditório – dentro das normas da imprensa de informação – de maneira que a orientação dada pelo Comité nas suas notas era totalmente destruída por tal noticiário, que deixava o proletariado mergulhado em contradições, prejudicando a acção necessária” (M.J. Sousa, *Ob. cit.*, p.35). O destaque dado pelo jornal às declarações de Gomes da Costa pode também explicar-se pela sua aproximação ao Partido Radical, que anteriormente tentara um golpe militar, contando com o apoio da Esquerda Democrática e do PCP, forças que, com a CGT, integravam a União dos Interesses Sociais (UIS). A saída da CGT da UIS após os acontecimentos de Abril pôs fim a esta coligação. Surge então o Comité de Defesa Proletária constituído pela Esquerda Democrática, pelo Partido Socialista e pelo PCP. Segundo E. Santana “À (sua) volta esvoaçava também o partido radical do “pai Lopes” e do Gomes da Costa, subsidiado pelo construtor civil Martins Júnior” (*Memórias...*, p.91).

¹² “Para muitos a CGT era unicamente o Conselho Confederal, com as suas secções e o respectivo comité. Foi um erro. A Confederação é constituída por todos os seus componentes, desde os sindicatos, individualmente, até aos organismos federativos e seus órgãos de imprensa. O dinamismo confederal é o resultado da articulação de todos os órgãos e células que a integram” (M. J. Sousa, *Ob. cit.*, p.27).

¹³ De acordo com E. Santana (*Memórias de um militante...*, p.70, a Legião Vermelha que contava no seu seio com comunistas saídos das Juventudes Sindicalistas, tinha sido formada para assassinar M. Joaquim de Sousa,

qualquer motivo, acompanhadas de perseguições patronais, e “razias policiais” sobre as sedes sindicais tinham-se tornado frequentes. Completa este quadro o boicote policial e a censura à *Batalha*. Efectivamente, em 24 de Maio de 1924, Ferreira do Amaral, comandante da polícia de Lisboa, ordena a censura prévia ao órgão de imprensa confederal, numa altura em que são presos e espancados numerosos operários nas esquadras da polícia, na sequência do atentado a tiro a um gerente da Companhia de Moagem Portugal e Colónias. A partir de então tornaram-se muito frequentes as apreensões d’A *Batalha* criando ao jornal uma situação de verdadeira asfixia financeira. A 2 de Outubro a polícia invade a sede do jornal, destrói mobiliário e diverso material, um acto classificado como “razia policial”. A braços com enormes dificuldades financeiras, A *Batalha* enfrentava ainda, a 2 de Março de 1926, 11 processos judiciais devido a artigos publicados sobre o escândalo “Angola e Metrópole”.

A participação do operariado no combate ao movimento militar de 18 de Abril de 1925 tinha tido como resultado a deportação de numerosos militantes para África. A sua acção tinha sido decisiva para conter a rebelião militar pois deu alento ao governo para actuar em defesa da República. Muito embora este se recusasse a entregar armas aos civis, o comportamento popular na rua conduziu ao recuo das forças militares que previamente tinham garantido a sua adesão ao movimento das direitas¹⁴. Alguns dias depois, centenas de sindicalistas e de anarquistas são presos. Estes processos judiciais tinham deixado praticamente sem fundos o organismo de solidariedade para com os presos sociais¹⁵. Sintoma de sérias dificuldades de mobilização foi também o facto da Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa não ter sido capaz de mobilizar os sindicatos de Lisboa para uma greve geral de solidariedade como medida de protesto contra a prisão de militantes operários¹⁶.

As dificuldades de mobilização resultavam também (ou sobretudo) da situação económica em que vivia o meio laboral desde meados de 1923. A 22 de Dezembro de 1924

Joaquim Cardoso e outros militantes anarquistas. Mais tarde, alguns deles passam para a Polícia de Segurança do Estado, sendo alguns denunciante mortos a tiro. A imprensa, na quase totalidade também hostil aos “democráticos”, confundia sistematicamente a actividade da Legião Vermelha com a das Juventudes Sindicalistas, que sofrera a cisão que dera origem ao PCP.

¹⁴ O 18 de Abril de 1925 é geralmente considerado como o antecedente imediato do 28 de Maio do ano seguinte. Telo afirma que “o governo vitorioso [de Vitorino Guimarães] quase sente vergonha da sua vitória” (*ob. cit.*, p.98). Por detrás deste movimento estiveram nacionalistas, integralistas e monárquicos, sendo destacadas as figuras de Filomeno da Câmara, Sinel de Cordes e Raul Esteves. Segundo este último, o 28 de Maio começou a ser preparado logo a seguir por este grupo, em Elvas (V. tb Eduardo Freitas Costa, *História do 28 de Maio*, Lisboa, Ed. Templo, 1979, p.138).

¹⁵ Veja-se o ofício da Comissão Instaladora da Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa dirigido aos sindicatos em Março de 1926. Este organismo afirmava que não tinha meios materiais para fazer campanha anti-fascista porque os últimos recursos que possuía tinham-se esgotado no último movimento pró-regresso dos deportados (AHS 2649 Ms 802). As prisões de sindicalistas tinham começado a 18 de Abril. A 20 de Maio de 1925, na sequência do atentado a Ferreira do Amaral, houve uma segunda leva de deportados sem julgamento.

¹⁶ Veja-se o ofício da Comissão Instaladora da CST de Lisboa, datado de 12 Maio de 1925, dirigida a todos os sindicatos de Lisboa sobre as deportações de militantes (AHS. 3701 ms.756)

uma manifestação, formada por cerca de 2 mil pessoas que saíam da sede da CGT para solicitar trabalho ao governo, é dispersa à sabrada pela cavalaria da GNR.¹⁷ Em Janeiro de 1925, outra manifestação, na qual participaram 1.500 pessoas, teve o mesmo desfecho. Em Junho de 1925, em documento preparatório do Congresso de Santarém, dirigido aos sindicatos, afirmava-se que “estes três últimos anos foram de crise mais ou menos intensa para o proletariado, especialmente para o do norte, onde (...) está concentrada a maior parte da indústria.” Como consequência, “os efectivos sindicais sofreram grande abalo ressentindo-se do mesmo os cofres sindicais”¹⁸. Em Agosto, perante as dificuldades de muitos sindicatos enviarem delegados ao Congresso devido “à crise do trabalho”, o Comité Confederal sugere formas alternativas às quotizações dos sócios para obter receita para aquele fim.

No início daquele ano, face às ameaças de conquista do poder pela União dos Interesses Económicos, o Comité Confederal da CGT apelava aos Sindicatos para que reforçassem a sua participação nas Uniões de Sindicatos e nas Federações de Indústria, “habilitando assim a CGT a defrontar-se com forças já organizadas e prontas a agir, da União dos Interesses Económicos que sinistramente personificam a reacção truculenta do capitalismo governamental”¹⁹. E a 13 de Fevereiro de 1925 a União dos Sindicatos Operários de Lisboa conseguiu levar 100 mil pessoas em desfile do Terreiro do Paço ao Parlamento para afirmar a sua oposição aos manejos do parlamento e das forças conservadoras²⁰. A 5 de Março dar-se-ia uma tentativa de golpe militar. No entanto, na sequência do 18 de Abril a CGT não conseguiu responder com a greve geral, facto que viria a revelar às forças das direitas a debilidade em que se encontrava a organização operária. Outro indício das dificuldades com que se deparava a actividade orgânica da CGT foi o facto do Comité Confederal desconhecer, no momento em que se propunha entabular negociações com o governo, a dimensão da “crise do trabalho”, ou seja, o número de desempregados, a quantidade de operários afectados pela redução no número de dias de trabalho semanal, bem como aqueles que viram a jornada de trabalho aumentada, por sectores²¹.

Apesar destas dificuldades e da cisão dos sindicatos comunistas e das juventudes sindicalistas, a CGT contava nas vésperas do Congresso de Santarém com a adesão de 10 Federações de Indústria, de 12 Uniões locais de sindicatos, de 3 sindicatos nacionais e de 8 sindicatos isolados que eram representados no Conselho Confederal por 48 delegados.

¹⁷ A. J. Telo, *Ob. cit.*, 2º vol., p. 107.

¹⁸ Circular nº 49 do Comité Confederal da CGT aos Sindicatos, de 10-Jun-1925 (AHS. 3701 ms. 756).

¹⁹ Circular dirigida pelo Comité Confederal da CGT aos sindicatos em 29-1-1925 (AHS. 3701 ms.756).

²⁰ E. Santana, *Tempos de luta...*, p.84.

²¹ *Idem* (AHS. 3701 ms.756).

Representavam estes organismos uma população estimada em 80 mil trabalhadores, dos quais 35 mil seriam sindicalizados.²² Contudo, e de acordo com o relatório do Comité Confederal ao 2º Congresso da AIT, “o proletariado militante é diminuto e não dispõe da elevada cultura que ambiciona e que é necessária para que tenha realização completa a obra a que se propõe a organização.”²³ Alguns anos mais tarde, em 1933, Alexandre Vieira viria também a afirmar que “uma grande parte do operariado organizado não foi tocada organicamente por esse trabalho que se chama CGT”²⁴. A actividade das associações de classe e dos sindicatos era pautada por movimentos locais em defesa de direitos adquiridos ou considerados justos, atraindo a massa operária, que logo debandava quando essas movimentações terminavam²⁵.

A partir de 1923 desenvolveram-se um conjunto de greves locais de longa duração que terminaram em insucessos ou em “vitórias parciais” com sabor a derrota. Em alguns casos, como sucedeu com as greves dos mineiros de Aljustrel, dos mineiros de São Pedro da Cova ou dos trabalhadores dos têxteis da Covilhã, os movimentos foram acompanhados pela CGT e esta accionou mecanismos de solidariedade entre as “classes” do país. Mas noutros, como sucedeu com a greve de quatro meses dos Ferroviários, a CGT não lhes prestou a solidariedade devida por motivos ideológicos. Numerosas greves locais tiveram por motivação a diminuição nos salários, a extensão da jornada de trabalho, a diminuição do número de dias de trabalho ou a manutenção de regalias anteriormente alcançadas. O resultado das greves deste período foi frequentemente a quebra do ímpeto reivindicativo associada à debandada dos trabalhadores das suas associações, num contexto de “revanche” patronal. As greves de solidariedade entre classes, que tinham marcado o sindicalismo revolucionário antes da guerra, tornaram-se excepcionais. No entanto, os anos de 1923 e 1924 tinham sido de intensa propaganda sindical, tendo-se realizado 7 congressos de sindicatos da indústria aderentes à CGT e esta promoveu 2 conferências. O número de sindicatos diminuiu, em parte devido à aglutinação das antigas associações de classe nos sindicatos únicos, mas novos sindicatos se formaram. A CGT contava agora com mais organismos federativos (uniões locais, câmaras sindicais, federações) e o número de operários sindicalizados não

²² *Relatório do Comité Confederal da CGT ao 2º Congresso da AIT* (Holanda, Primavera), 1925, incompleto (AHS 3911 ms 39). Um dos traços mais salientes na composição dos sindicatos aderentes era o seu carácter obreiro, sendo notória a ausência de sindicatos de empregados comerciais e bancários (com excepção dos caixeiros). Manuel Joaquim de Sousa refere que, nos finais da I República, o professorado do ensino primário estava para aderir à CGT.

²³ *Idem* (AHS 3911 ms 39).

²⁴ *Solidariedade Mineira e Metalúrgica*, nº 15, 15 de Maio de 1933.

²⁵ “É mais devido à tradição liberal do povo e ao seu temperamento meridional que as classes se agitam em defesa de algumas regalias. Daqui decorre a necessidade duma permanente propaganda, que é sempre recebida com entusiasmo pelas massas, que nos primeiros dias dão intensa vida aos organismos mas que passados alguns meses em parte as abandona, sem explicação (...)” *Relatório do Comité...* (AHS 3911 ms 39).

parece ter diminuído até 1925²⁶. No entanto, se tomarmos como indicador do dinamismo sindical e da capacidade de mobilização da CGT a evolução das tiragens do órgão de imprensa confederal, o quadro é inteiramente diferente. De acordo com David Carvalho, que tinha sido redactor d'*A Batalha* no seu período áureo, entre finais de 1922 e princípios de 1923, quando se imprimiam 40 mil exemplares, e mais tarde, entre 1925 e 1927, “por efeito da cisão do movimento operário, provocado pelo litígio entre anarco-sindicalistas e comunistas, em que ambas as partes assumiram pesadas responsabilidades, a tiragem tomou tal declive que à data da destruição, havia descido até muito próximo de cinco mil exemplares. A censura, com as suas ofensivas brutais e sem discriminação, agravou tragicamente a situação do jornal”²⁷. E, muitos anos mais tarde, Emídio Santana descreveria o ambiente vivido em Lisboa nos últimos dias da República, salientando “a debilidade das energias populares”, a qual resultava do “desalento colectivo” e da “crise de consciência que avassalava as pessoas” sob um “clima de poder policial”, pois a polícia actuava como um poder autónomo, “à margem da Constituição, das leis e dos governos”.²⁸

Em suma, nas vésperas do 28 de Maio o movimento sindical encontrava-se já bastante debilitado, não apenas devido à cisão comunista e às desinteligências internas no seio do Comité Confederal, como também devido à repressão policial e à censura exercidas sob os últimos governos “democráticos”.²⁹ Enquanto os chefes militares reaccionários depois de amnistiados, absolvidos em julgamento militar e tratados como heróis nacionais pela maioria da imprensa hostil ao governo, preparavam às claras novo golpe, a censura e a acção policial fazia-se sentir sobre os sindicatos, e os militantes sindicalistas eram presos, deportados para os Açores e para África pelo crime de terem combatido o movimento de 18 de Abril de 1925.

A evolução dos acontecimentos logo a seguir ao golpe mostra, no entanto, que outros factores foram determinantes para a inoperacionalidade da CGT. Pouco depois de ter proclamado a greve geral “em princípio”, os membros do Comité Confederal foram convocados por Mendes Cabeçadas, o novo Ministro do Interior, que os informou da intenção dos militares em mandarem encerrar as sedes da CGT, da União de Sindicatos Operários de Lisboa, da Federação da Construção Civil, da Federação das Juventudes Sindicalistas e de

²⁶ V. Relatório do Comité Confederal da CGT ao 2º Congresso da AIT...”, 1925, incompleto (AHS 3911 ms 39).

²⁷ Depoimento publicado por J. Baptista, *Ob. cit.*, p.183.

²⁸ *Tempos de luta...*, p.124.

²⁹ Depois do Congresso de Santarém, no início de 1926, saem da CGT os Arsenalistas do Exército (o sindicato de Bento Gonçalves), logo acompanhados pelos Arsenalistas da Marinha, da Federação Marítima e dos Empregados do Comércio. Muito embora a saída dos primeiros não representasse um golpe sério na força da CGT na capital (devido ao seu estatuto militar, estavam impossibilitados de participar em greves), eram grandes contribuintes da CGT devido ao elevado número de associados que dispunham e às remunerações que auferiam. Com a saída da CGT, Bento Gonçalves esperava provocar a sua asfixia financeira. V. M. J. Sousa, *Últimos tempos...*, p. 98.

prender todos os seus militantes caso *A Batalha* não publicasse uma contra-ordem da greve geral, o que viria a suceder a 8 de Junho. Entretanto, o Comité de Resistência avistou-se com o Presidente do Ministério deposto para lhe dar conta das intenções da CGT, solicitando-lhe 15 mil armas para “armar o povo de Lisboa”. Os oficiais da guarnição da capital fiéis ao governo, porém, não se entenderam e decidiram não desencadear qualquer acção de resistência³⁰. Assim, a CGT não podia fazer mais do que secundar um movimento que fosse desencadeado pelos militares ou tomar a iniciativa de preparar uma greve geral que pudesse contar com o apoio dos sectores militares “democráticos”. A primeira oportunidade apareceria somente a 3 de Fevereiro do ano seguinte e, depois, a 20 de Julho de 1928.

3. A CGT sob a ditadura: os dilemas da “via legalista”.

A CGT encontrava-se mal preparada para participar na Revolução de 3 de Fevereiro de 1927. Dias antes, a sede d’*A Batalha* na Calçada do Combro, em Lisboa, tinha sido assaltada pela polícia, tendo sido presos todos os que se encontravam no edifício onde funcionava a CGT. Estes seriam libertados a 7 de Fevereiro, no próprio dia da eclosão do movimento em Lisboa. Assim, durante os acontecimentos o jornal, que era um veículo fundamental de mobilização nos meios operários, esteve suspenso³¹. Mais importante foi a postura assumida pelos próprios militares revoltosos que parece terem procurado limitar a participação dos elementos civis. O General Sousa Dias, que comandou a revolta no Porto, afirmaria em tribunal que os civis que participaram na contenda se encontravam já armados e que tinham sido utilizados “simplesmente no serviço auxiliar de ligações, meramente secundárias”. A sua vontade era de que o combate se travasse exclusivamente entre militares³². Por sua vez, o comunista José da Silva conta nas suas memórias como um grupo de 200 operários, concentrado na estação de caminhos-de-ferro da Campanhã, no Porto, aguardou em vão durante horas que lhes entregassem armas e munições³³. Assim, embora não seja possível, no

³⁰ V. tb. J. Reis Sequeira, *Relembrando e Comentando. (Memórias de um Operário Corticeiro)*, 1914-1934, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978, p.103.

³¹ A suspensão ocorreu entre 7 de Fevereiro e 1 de Abril de 1927 (54 dias). V. Baptista-1977:172.

³² A. H. Oliveira Marques (org.), *O General Sousa Dias e as Revoltas contra a Ditadura, 1926-1931*, Lisboa, Dom Quixote, 1975, p. 41. Eduardo Costa, porém, é de outra opinião (*História do 28 de Maio...*, pp.285-286). Por detrás desta revolta estiveram Jaime Morais, José Domingos dos Santos, Jaime Cortesão, Sousa Dias e o coronel Faria. V. também Luís Farinha, *O Revirvalho...*, pp. 39-64. De acordo com Farinha, os militares republicanos tiveram sempre o receio de que a revolução caísse na rua e foi sempre muito criteriosos na arregimentação de civis (*Ob. cit.*, p.36).

³³ José da Silva, *Memórias dum Operário. 2º Volume. Após o 28 de Maio e Oposição Democrática (1955)*, Porto, Manuel Duarte, 1971, pp. 27-30. Farinha refere um total de 300 civis armados no Porto, sendo “alguns deles” da CGT (*Ob. cit.*, p. 36). Diz-nos que, no Porto, a Polícia, a GNR e os civis foram mais numerosos do que os militares mas não é claro quanto ao peso e protagonismo das forças da CGT e bolchevistas. Em Lisboa, a maior parte dos civis parece ter sido armada pelos marinheiros de Alcântara. O Sindicato dos Ferroviários do Sul e Sueste associou-se à rebelião e declarou a Greve Geral Revolucionária mas esta foi um rotundo fracasso (*Idem*,

estádio actual dos nossos conhecimentos, avaliar da extensão da participação da CGT nas duas revoltas militares, tudo aponta para um divórcio entre as acções desencadeadas pelos militares e as iniciativas operárias³⁴.

Na sequência da Revolução de 3 de Fevereiro o governo desencadeia a maior ofensiva repressiva contra as organizações operárias e “contra todos os que eram conhecidos pelas suas ideias inconformistas com a Ditadura Militar”³⁵. Um numeroso grupo de militantes cegetistas é preso e deportado, entre eles Mário Castelhana. A sede da Câmara Sindical do Trabalho do Porto e a da Juventude Sindicalista são encerradas, efectuadas prisões e arrolados os seus bens. Em Lisboa, o edifício da Calçada do Combro é encerrado, a CGT ilegalizada e os organismos que aí funcionavam impedidos de funcionar. Após um breve período em que *A Batalha* ainda pode ser impressa na legalidade, entre Abril e Maio, a 2 de Novembro o edifício é novamente assaltado, tendo sido retirado todo o recheio ou destruído e logo arrendado para habitação a famílias de agentes policiais. Em princípios de 1928 quase todo o Comité Confederal se encontrava encarcerado e sujeito às piores sevícias policiais. Assim, o movimento de 20 de Julho de 1928 (conhecido pela Revolta do Castelo) encontra a CGT ainda mais debilitada³⁶.

A partir de então, a CGT aparece à luz do dia como Comissão Inter-Federal de Defesa dos Trabalhadores (CIFDT). Só a partir do movimento de 18 de Janeiro de 1934, quando já muito pouco restava da organização confederal, a CGT entra verdadeiramente na clandestinidade. Durante este período a acção da CGT será marcada pela duplicidade de acção entre a esfera legal e a clandestinidade “subversiva”. No primeiro caso encontra-se a actuação exercida por meio dos sindicatos e junto do governo na denúncia de ilegalidades exercidas sobre os trabalhadores, na defesa de direitos adquiridos e na participação em reuniões com as

p. 87). O pronunciamento tomou assim o aspecto de revolução social que preocupou os observadores externos, nomeadamente, os ingleses. Veja-se a este respeito D. Wheeler, *A Ditadura Militar Portuguesa, 1926-1933*, Mem Martins, Europa-América, 1988, pp.24-27, o qual trata estes acontecimentos simultaneamente como um *pronunciamento* e uma guerra civil fracassada. Os civis parecem terem sido a parte mais aguerrida da rebelião. A Revolução de Fevereiro forneceu o pretexto para a Ditadura militarizar a vida civil, depurar o funcionalismo e o exército (Farinha, *idem*, p. 61).

³⁴ Farinha confirma este alheamento dos militares republicanos das forças civis quando define o Reviralhismo como “um movimento fortemente marchado pela participação dos militares, empenhado na dignificação do Exército e definindo os seus planos revolucionários na base de uma acção regular das forças armadas, com escassa ligação à sociedade civil e menos ainda a práticas revolucionárias, mais concordantes com os escassos meios materiais e humanos disponíveis” (*O Revirvalho...*, p.35).

³⁵ José Francisco, *Páginas do Historial Cegetista*, Lisboa, Sementeira, 1983, p. 46.

³⁶ Embora a acção dos ferroviários do sul tenha sido eficiente desta vez, devido ao seu envolvimento directo na intentona, o número de civis que participaram no movimento parece ter sido pouco superior a uma centena. Farinha refere que os militares revolucionários recebiam “os excessos” que pudessem ter lugar em consequência da sua acção por parte da população civil. Como resultado desta acção foram deportados cerca de 4 centenas de indivíduos, entre os quais “muitos civis” (*Ob. cit.*, p.96).

autoridades que obedeciam à agenda do governo³⁷. No segundo caso encontra-se a publicação d’A *Batalha*, o auxílio na preparação de greves de âmbito local e, finalmente, na desastrosa preparação do 18 de Janeiro. Sob este pano de fundo desenrola-se simultaneamente a ofensiva patronal e do Estado, agravada pela crise económica de 1930-1932, enquanto o intenso debate entre os sindicatos cegetistas e os organismos afectos aos comunistas desembocará no estíolar da organização confederal, dividida entre comunistas (Comissão Intersindical), socialistas (Federação das Associações Operárias) e Sindicatos Autónomos.

A instauração do regime militar reforçou ainda mais o poder do patronato e contribuiu para agravar as condições laborais, uma tendência que vinha já de anos anteriores. A actuação do Sindicato Único dos Metalúrgicos de Lisboa ilustra a ofensiva patronal que tomou múltiplas modalidades. Num ofício dirigido a 12 de Setembro de 1927 à direcção da Companhia Portuguesa de Pesca, a qual estava a praticar horários de 10 horas diárias nas suas oficinas, dava-se conta da mudança de ambiente nestes termos:

“Na reunião efectuada em 9 do corrente do pessoal, constatou-se a grande diferença nas condições de trabalho nas oficinas Olho-de-boi do seu início e actualmente. Em tempo(s) idos a satisfação era geral, presentemente a desconfiança e o descontentamento é notório. Dando a impressão em vez dum local de labor e satisfação mútua – a um aglomerado de condenados e ódios concentrados – todavia os patrões são os mesmos outrora inspiraram simpatia do seu pessoal, pelo que se poderá voltar à normalização deste estado de coisas.”³⁸

Os descarregadores trabalhavam 10, 12 e 16 horas “conforme dá na gana do chefe” auferindo o salário de 8 horas, o que “representa uma infâmia e um manejo de requintada exploração”³⁹. Para além disso, empregava pessoal adventício (“gancho”) sujeito a piores condições salariais. O pessoal da fábrica do gelo, por seu turno, trabalhava 12 horas. Qualquer reclamação ou suspeita de actividade sindical por parte dos trabalhadores dava lugar a despedimentos sem qualquer aviso. Neste, como noutros casos, a posição do Sindicato dos Metalúrgicos foi a de enviar reclamações ao governo e alertar os sindicatos da zona para o que se estava a passar.

³⁷ A legislação que reconhecia a existência legal às uniões e federações tinha sido revogada. Porém, mantinha-se em vigor a legislação de 1891 que permitia a actividade aos organismos sindicais de base. A partir de 1927, aqueles organismos passaram reunir em algumas associações consideradas seguras relativamente à vigilância policial, em ambiente de semi-clandestinidade. Só a partir de então começam a ser dadas instruções aos militantes sobre as formas de comportamento adequado à clandestinidade.

³⁸ 11 cartas (cópias) de 19.1.26 a Set.1927 dirigidas a várias empresas e às autoridades denunciando situações irregulares e reivindicando o cumprimento da legislação do trabalho (AHS. 2649, Ms.998).

³⁹ Em ofício de 13.Set.1927 dirigido à Comissão Administrativa do Sindicato dos Descarregadores de Almada (AHS. 2649, Ms.998). Neste ofício pedia-se que o sindicato fizesse alguma coisa para resolver o problema. Na verdade este não tinha já qualquer capacidade de intervenção.

O problema do desemprego levou o sindicato a enviar exposições ao governo em defesa do “Trabalho Nacional”. Assim, quando o governo se preparava para fazer encomendas de equipamentos e reparações da marinha de guerra ao estrangeiro (4 vapores e o barco escola Sagres), o sindicato envia, em Outubro de 1929, uma carta ao Ministro da Marinha “para que não sejam tomadas medidas lesivas do interesse tanto operário com também – salvo o devido respeito (sic) – da economia nacional”⁴⁰. Em causa estava a defesa da candidatura da Sociedade de Construções e Reparações Navais L.da. (Arrendatária das docas e oficinas do Porto de Lisboa) que tinha reduzido a três, o número de dias de trabalho por semana. Pouco tempo depois, outros sindicatos tomariam posições semelhantes em defesa do “Trabalho Nacional” em petições dirigidas ao governo, no que faziam coro com os industriais, nomeadamente quando reclamavam contra as importações de produtos industriais que já se fabricavam em Portugal⁴¹.

Apesar deste posicionamento sugerir uma convergência de interesses entre os sindicalistas e alguns sectores do patronato industrial, os problemas emergentes no mundo do trabalho reforçaram o distanciamento entre as empresas e os sindicatos.⁴² Tal como sucedia nas firmas mais pequenas, onde a legislação industrial e laboral era frequentemente desconhecida, nas grandes empresas recorria-se sistematicamente ao prolongamento da jornada de trabalho, pagando-se as horas extraordinárias (quando se pagavam!) ao preço da hora normal ou, no melhor dos casos, abaixo do que a lei estipulava⁴³. Na capital, a recusa em trabalhar nessas condições ou qualquer sinal exterior de protesto, quando surgia, era recebida com o despedimento imediato⁴⁴. Na província a situação era ainda pior. Em Agosto de 1929, o Sindicato Único das Classes Metalúrgicas de Aljustrel informava que havia um ano que se trabalhava nas oficinas da empresa mineira luso-belga 12 horas por dia, sendo as 4 horas de

⁴⁰ AHS Ms.1136. Este posicionamento não era novo. Já anteriormente o sindicato aparecia a defender a Parceria dos Vapores Lisbonenses, empresa via sistematicamente anulados os seus concursos a empreitadas do Estado. Em Janeiro de 1926 tinham sido lançados no desemprego temporário 900 homens (V. AHS. 2649, Ms.998. Ofício de 19.Jan.1926 dirigido ao Ministro do Comércio e Comunicações pedindo que estes homens fossem admitidos nos estabelecimentos fabris do Estado até que a situação se normalizasse).

⁴¹ Veja-se no ANTT – Ministério do Interior (Gabinete do Ministro) as caixas relativas à “crise do trabalho” (1930-1932).

⁴² Este posicionamento não surgia apenas no contexto da crise dos anos '30. Já em 1925, por exemplo, *A Batalha* defendia publicamente a construção duma ponte sobre o rio Tejo e, na mesma altura, a Federação Metalúrgica defendia o projecto de um industrial português para o arranque da moderna indústria siderúrgica.

⁴³ O decreto 5516 de 7 de Maio de 1919, pelo seu artigo 12º, estabelecia que o pagamento das horas extraordinárias deveria fazer-se pelo dobro do preço estipulado no salário normal.

⁴⁴ Veja-se o ofício dirigido à Sociedade de Construções e Reparações navais pelo Sindicato Único das Classes Metalúrgicas de Lisboa e pela Associação de Classe dos Carpinteiros Navais. A empresa tinha colocado um “edital” com as suas condições de remuneração das horas extraordinárias que ia contra a lei de 1919 ainda em vigor. Três operários que se tinham recusado a trabalhar nessas condições foram despedidos. O sindicato afirmava que “tal facto [constituía], a nosso ver, a abertura dum conflito que a todo o transe desejamos evitar.” O ofício é assinado apenas por 4 sindicalistas que eram membros dos corpos gerentes das 2 associações.

serão pagas ao preço da hora normal, “[h]avendo operários por mais que se [o]brigasse não eram capaz[es] de retirar de lá nem um instante nem talvez a força de armas”⁴⁵. O sindicato era impotente para poder fazer alguma coisa, pois, segundo confessava “este sindicato desde [h]á muito vive com bastante dificuldades porque a maioria dos metalúrgicos abandonou o seu sindicato sem saber qual o motivo que os levou a esse fim”⁴⁶. Era esta a resposta ao apelo que vinha de Lisboa para se reanimar a Federação Mineira. E terminava com o pedido para que o jornal da classe, *O Eco Metalúrgico*, “diga alguma coisa (mas não sitem (sic) o nome do sindicato) para fazer sentir mas muito maduramente pos (sic) que nos encontramos entre as garras das Feras esmagadoras”. Dos 300 metalúrgicos que a empresa mineira empregava, apenas 42 eram sócios. Seis meses mais tarde a situação era ainda pior:

“A classe metalúrgica encontra-se dentro das Minas de Aljustrel desmoralizada por completo e lançando o sindicato ao abandono, apenas se encontrando em número apenas de 26 sócios dentro do sindicato e ainda a maior parte deles é caize (sic) por favor. Se ele ainda se encontra aberto é por estes 3 ou 4 camaradas devido à grande força de vontade que estão prestando todo o seu sacrifício. A não ser isso já teria desaparecido por completo e por essa mesma razão que nós nada podemos mandar vir (isto é, jornais, selos confederais, etc.) porque então não teríamos nem para o petróleo, nem para nos alumiarmos. Não sabemos ainda o certo, é talvez que tenhamos de ligarmos aos camaradas mineiros. Lamentamos bastante termos de dar esta triste notícia. (...) Os camaradas metalúrgicos estão desempenhando a sua missão a trabalharem 12 horas ainda por cima a escorressarem (sic) aqueles que pretendem defender o horário de trabalho, louvando assim a vida a trabalharem muitas vezes mais 4 horas com protexto (sic) de serão. Nós os poucos que lamentamos a triste situação já formos (sic) perante o admenistrador (sic) pedir providências coisa que até hoje ainda nada foi resolvido.”⁴⁷

De todo o lado surgem ao Comité Confederal denúncias sobre atropelos feitos aos trabalhadores que se agravam no início dos anos '30. A luta pela defesa da lei do horário de trabalho (e também porque esta se articulava com o problema do desemprego) tornou-se uma questão central para os sindicalistas⁴⁸. Em Lisboa, a pressão exercida através dos sindicatos

⁴⁵ AHS, N.61, Ms.1115. O ofício autógrafo do sindicato foi enviado a 6 Agosto de 1929.

⁴⁶ AHS, N.61, Ms.1115. Esta resposta ao apelo que vinha de Lisboa para se reanimar a Federação Mineira terminava com o pedido para que o jornal da classe, *O Eco Metalúrgico*, “diga alguma coisa (mas não sitem (sic) o nome do sindicato) para fazer sentir mas muito maduramente pos (sic) que nos encontramos entre as garras das Feras esmagadoras”. V. também a este respeito F. Patriarca, *A Questão Social no Salazarismo...* 1º vol.

⁴⁷ Idem. Ofício do Sindicato Único das Classe Metalúrgica de Aljustrel assinada por Alípio Chaveiro, a 21 Jan. 1930.

⁴⁸ Outras questões eram o da segurança no trabalho e o da deficiente protecção dada aos trabalhadores no âmbito da legislação sobre Seguros Sociais devido à actuação das companhias seguradoras.

junto do Governador Civil foi bem sucedida já que este acabou por obrigar algumas empresas a cumprirem a lei. Tratou-se, no entanto, duma vitória temporária, certamente limitada, uma vez que o seu cumprimento continuava a depender da capacidade de actuação local dos sindicatos. Pouco depois o governo colocaria sob a responsabilidade do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Social todos os assuntos relativos às questões de segurança e higiene no trabalho. As questões de ordem pública (e a capacidade para fazer cumprir as leis) continuavam nas mãos dos governadores civis e dos administradores dos concelhos. Na mesma altura, o governo convocava os representantes dos sindicatos para rever o diploma do horário de trabalho e para definir o Estatuto Operário. O convite vinha no momento em que chegavam notícias a Lisboa do brutal tratamento a que estavam a ser sujeitos os sindicalistas do Porto nos cárceres policiais, no rescaldo do movimento de protesto de 30 de Maio de 1932. A posição da CGT foi a de rejeitar qualquer participação em negociações que visassem diminuir ou eliminar “regalias” anteriormente alcançadas. A sua agenda, por defenderem a legislação ainda em vigor e a liberdade sindical, ia frontalmente contra os objectivos do governo⁴⁹.

Pouco tempo depois, o governo mandava recolher os alvarás das associações operárias que gozavam ainda de estatuto legal (ao abrigo da lei de 1891). Nos meses seguintes os militantes confederais, actuando em nome dos sindicatos prejudicados, tentaram, sem sucesso, reaver os seus estatutos pelas vias legais junto do Ministério do Trabalho⁵⁰. A CGT aparecia assim cada vez mais impotente ou inoperante face às solicitações de intervenção junto do Ministério do Trabalho que lhes vinham dos sindicatos de todo o país. A “via legalista” não tinha trazido qualquer melhoria nas condições de vida operárias nem aumentara a margem de manobra dos sindicatos. Face a um movimento sindical de base cada vez mais enfraquecido, a posição dos órgãos superiores da CGT ia no sentido de prestar todo o apoio possível à sua reanimação. No entanto, os primeiros anos da década de 1930 não só agravaram ainda mais as

⁴⁹ V. AHS. Ms. 1139. Circulares da Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa. A circular nº 3 dá conta de que não está interessada na elaboração de um Código de Trabalho proposta pela Intendência Geral da Polícia de Segurança Pública e de que a sua agenda é a da CGT (Comissão Inter-Federal de Defesa dos Trabalhadores). Esta assentava em 4 pontos fundamentais: cumprimento da jornada máxima de 8 horas de trabalho; actualização da lei dos acidentes de trabalho e a defesa das mulheres e menores nos locais de trabalho reclamando-se para as mesmas um salário igual ao dos homens; libertação de todos os presos e deportados por questões sociais; reabertura das sedes sindicais encerradas e devolução dos haveres do jornal da organização operária.

⁵⁰ Desde 1929 que o governo tentava encerrar os sindicatos por decreto. Veja-se, por exemplo, a circular da Associação Fraternal de Classe dos Operários Alfaiates de Lisboa, de Fevereiro de 1929 dirigida às direcções ou comissões administrativas das Associações Operárias da capital (AHS 2649 Ms.1030). Por esta circular Manuel Ribeiro convocava todas as associações de classe da cidade para uma reunião para fazer face ao problema colocado pelo decreto 13.607 que obrigava as associações a requerer um alvará ao governo que importava na quantia de 400 escudos. “Esta direcção está convencida de que o Ex.mo Sr, ministro das finanças [do Interior, corrigido], não teve por objectivo acabar com as associações operárias mas a execução do decreto 13.607 obrigará a maioria a dissolverem-se por completa impossibilidade de o cumprirem visto a já notória carência de recursos financeiros de que enfermam a maioria das Associações de Classe.

condições de vida da generalidade dos trabalhadores anteriormente cobertos pelos sindicatos, como fragilizou ainda mais a posição dos próprios sindicatos.

A crise económica de 1930-1932 criou expectativas em alguns militantes sociais de que a massa operária regressasse aos sindicatos. Ao mesmo tempo, a instauração da República em Espanha animou-os, convencendo-os de que era necessário relançar a organizar confederal na esperança de que a Ditadura acabaria por ruir. E durante esse breve período regista-se alguma actividade para reorganizar as estruturas federativas, porém, de um modo geral sem correspondência directa na mobilização dos trabalhadores. Assim, tais ilusões depressa se desfizeram pois percebeu-se que a crise económica que se desenvolvia sob a Ditadura Militar, na medida em que fragilizava ainda mais a posição dos trabalhadores, agravava igualmente a posição dos sindicatos.

Podemos ilustrar a tentativa de reorganização (ou de reanimação) da actividade sindical e das suas estruturas federativas através do processo de constituição da Federação Mineira e Metalúrgica, a qual reagrupou os sindicatos mineiros existentes no país bem como os metalúrgicos da região de Lisboa e do Porto. Os contactos estabelecidos com os sindicatos revelaram que a maior parte deles lutava pela sobrevivência, lutando com falta de meios financeiros bem como de associados que se tinham afastado da vida associativa⁵¹. O caso de Aljustrel é sintomático de problemas mais gerais. Em Almada, face à repressão exercida pelas autoridades e à debandada de sócios, o sindicato local dos metalúrgicos não tinha condições para poder actuar e os militantes locais não tiveram outro remédio se não juntar-se ao Sindicato Único lisboeta. Em Braga, por exemplo, o sindicato não dava sinais de vida. As delegacias enviadas de Lisboa para o Norte e para o Sul do país tiveram ainda de se defrontar com resistências locais por parte de operários que, descrentes dos “métodos de luta sindicalistas”, tinham aderido às teses comunistas. A Federação, onde se destacou a acção do jovem Emídio Santana, é assim constituída por um número relativamente pequeno de sindicatos, muito embora alguns deles (como o de São Domingos, o de São Pedro da Cova ou o de Valongo) “representassem” um número assinalável de mineiros e metalúrgicos⁵². O trabalho militante de reorganização esteve directamente relacionado com o desenvolvimento de processos de luta locais que, por vezes, resultavam em “vitórias parciais” mas sempre à

⁵¹ V. carta de José Inácio Martins do Sindicato Único Metalúrgico do Porto a 12 de Fevereiro de 1930: “Sobre a reorganização da Federação Metalúrgica em Portugal estamos de acordo, mas sabemos perguntar quantos Sindicatos Metalúrgicos existem actualmente em Portugal? Aqui o norte infelizmente está reduzido só ao do Porto, e se no sul suceder a mesma coisa que vida terá a Federação? (...) a sua grande missão (será) fazer despertar para a vida associativa a grande família metalúrgica”.

⁵² Sobre esta Federação, os problemas de organização e as greves desencadeadas veja-se as palavras que lhe dedicamos em *Indústria e Conflito no Meio Rural. Os mineiros alentejanos (1858-1938)*, Évora, Cidehus / Colibri, 2001 (3ª parte).

custa da liquidação da actividade sindical e do sacrifício de militantes que pagavam a sua acção com a perseguição, a prisão ou a morte⁵³. Na maior parte dos casos, os movimentos grevistas organizados pelos militantes sindicalistas foram decididos pelas assembleias de trabalhadores *contra a vontade* dos militantes ligados organicamente à Federação e à CGT. Tal aconteceu em São Domingos, Valongo e em São Pedro da Cova. Apesar da cronologia da irrupção dos conflitos apontar para o ano de 1932, a tensão no meio laboral vinha já de anos anteriores.

A crise económica agudizou a “crise do trabalho” criando graves situações de desemprego e de subemprego. Nos sectores orientados predominantemente para a exportação como eram o sector mineiro, conserveiro, corticeiro e vitícola, o operariado sofreu bastante com o subemprego. Mas mesmo nos centros têxteis do interior (nomeadamente na Covilhã e em Castanheira de Pêra) verificaram-se concomitantemente reduções salariais, aumento da jornada de trabalho, desemprego, recurso ao emprego predominantemente feminino e de menores, enfim, desrespeito pelo dia de descanso semanal. Em muitas empresas verificaram-se alterações significativas no processo produtivo. Em Setúbal, por exemplo, na indústria de pesca generalizaram-se as traineiras e concluiu-se o processo de introdução das máquinas cravadeiras nas indústrias de conserva.

As tensões e os conflitos abertos nos dois primeiros anos da década de 1930 resultaram sobretudo de correlações de força locais, mais da atitude dos trabalhadores do que da orientação dos militantes sindicalistas. As manifestações ocorridas em Lisboa e no Porto durante o 1º de Maio de 1931, motivadas directamente quer pelo aumento do desemprego e pela degradação das condições de trabalho, quer pela acção de propaganda então desenvolvida, não tiveram consequências políticas de maior alcance. Apesar das reuniões efectuadas nas associações de classe (sempre sob vigilância policial) serem concorridas, a mobilização não deu lugar a qualquer organização tendente a preparar uma greve geral nas duas principais cidades do país. Do mesmo modo, as reacções à iniciativa governamental de impor o desconto dos 2% aos assalariados como medida de combate ao desemprego dependeu sobretudo de decisões locais. Nos casos onde a influência da CGT era maior, fizeram-se petições e romarias colectivas até às autoridades dado que outra acção não seria aconselhável. Em Lisboa, com excepção dos grupos sindicais da Carris e dos Caminhos-de-ferro, não se verificaram protestos visíveis. Esta atitude de “consentimento” deve ser interpretada face ao

⁵³ O caso do Sindicato dos Metalúrgicos de Braga é exemplar. Quando a Federação entra em contacto com ele, não dá qualquer sinal de vida. Em Abril de 1930 parece haver já alguma actividade. Em Agosto de 1930 uma carta dirigida à Federação refere que os operários estão em luta aberta com os industriais para o cumprimento integral do horário de trabalho, registando-se já algumas vítimas. Um tal José Lopes, fundador de 23 anos, estava desempregado havia 3 meses por ter defendido o horário de trabalho. No entanto, o sindicato não consegue colocá-lo no norte e pede à Federação que o apoie (AHS ms. 1116).

deplorável estado em que se encontrava a organização sindical. Paralelamente, revelam-se em alguns sindicatos da capital atitudes xenófobas e formas primárias de impor a disciplina “de classe” como a coacção física directa por parte de “meneurs” locais. Para espanto dos velhos sindicalistas, houve conflitos colectivos que irromperam espontaneamente nos locais de trabalho fora e à margem do “seu” sindicato de classe, o qual continuava aberto.

Após as greves e conflitos laborais que se desenrolaram entre 1931 e 1932 sucedeu um período de acalmia. Em meados de 1933 tinha-se tornado claro que estava em marcha a “solução corporativa”. A CGT chama à acção todas as forças em presença no movimento sindical: a Federação das Associações Operárias (FAO), afecta aos socialistas, a Comissão Inter Sindical (CIS), onde pontuavam os comunistas e, finalmente, os Sindicatos Autónomos. Toda a actividade da militância sindical, legitimada pelas decisões das assembleias de trabalhadores nos sindicatos, orientou-se então para a preparação da greve geral revolucionária. O embate revelar-se-ia decisivo para o desfecho do sindicalismo revolucionário.

O movimento do 18 de Janeiro, a sua preparação e os seus desastrosos resultados, são bem conhecidos⁵⁴. Salientemos, no entanto, quatro factos que nos parecem essenciais para compreender o seu desfecho: em primeiro lugar, a antecipação decisiva da polícia (mais uma vez!) na fase final da preparação do movimento, quando consegue prender alguns dos actores-chave da organização dias antes da sua eclosão; em segundo lugar, o isolamento da iniciativa operária, pois falharam novamente as ligações com os militares, o que deixou o movimento incapaz de resistir à reacção do Estado, mesmo se as acções previstas fossem bem sucedidas; em terceiro lugar, o facto da pressão exercida pelos comunistas terem empurrado a CGT para uma acção temerária e para a qual não estava preparada⁵⁵; finalmente, a descoordenação das acções revolucionárias e o fracasso de quase todas revelam não só as deficiências técnicas da própria organização como também o isolamento da militância operária face às “massas” trabalhadoras.

4. A cisão comunista ou “o estado caótico que o proletariado atravessa...”

Apesar dos princípios federalistas e libertários que vertebravam a organização operária, a CGT pretendia ser acima de tudo uma organização “de classe” e, nessa medida, procurava

⁵⁴ V. a este respeito o minucioso trabalho de investigação realizado por Fátima Patriarca, *Sindicatos contra Salazar...*

⁵⁵ A eclosão do movimento foi por diversas vezes adiado. A tese de Edgar Rodrigues (*A Resitência Anarco-Sindicalista...*) aponta para uma estratégia consciente, por parte dos comunistas, para empurrarem os anarquistas para uma acção que os liquidaria para depois recolherem os despojos. Estas afirmações, contudo, carecem de prova documental. Patriarca refere, e a documentação vista por nós no AHS também o confirma, que muitos sindicatos tinham mudado havia pouco tempo para o campo comunista.

integrar diferentes sensibilidades no meio operário desde que fosse aceite ou seu “apoliticismo”, ou seja, desde que se aceitasse o princípio fundamental de que o sindicalismo não devia subordinar-se a nenhum partido político nem interessar-se pela luta política⁵⁶. A legitimidade da actuação dos seus órgãos superiores assentava no princípio da soberania das assembleias dos operários nas associações filiadas. Os seus membros não se assumiam como dirigentes nem como representantes da “massa” e não passavam assim de delegados das vontades aí expressas. No Conselho Confederal encontrávamos assim até finais dos anos '20 do século XX, anarco-sindicalistas, sindicalistas revolucionários e reformistas. Os socialistas, que até finais da Monarquia tinham liderado as associações de classe, continuavam no interior duma organização em que, na base, as solidariedades de classe tendiam a sobrepor-se às simpatias doutrinárias. Do mesmo modo, o movimento anarquista não se esgotava no sindicalismo e, efectivamente, ao longo dos anos '30 assiste-se por parte dos anarquistas ao investimento na organização “específica”, isto é, na formação e dinamização de grupos especificamente libertários, os quais constituíram a Federação Anarquista da Região Portuguesa (FARP) que, por sua vez, integrava a Federação Anarquista Ibérica (FAI). Neste contexto, a acção dos comunistas e a atracção exercida pelas suas propostas de organização e de acção constituíram a maior ameaça à organização confederal dado que a sua actuação e base de recrutamento era não apenas concorrente como também recaía sobre o meio já politicamente mobilizado pelo sindicalismo.

No mesmo sentido se desenvolveria a acção dos católicos, os quais ingressaram nas associações operárias com o intuito de as tomar por dentro. Neste caso, porém, devido ao escassíssimo número de militantes católicos, a sua acção foi geograficamente circunscrita pois incidiu sobretudo nas zonas da Covilhã, Guarda, Lisboa e Porto. A falta de vontade da Ditadura Militar em contrariar os interesses patronais impediu que os sindicalistas católicos se constituíssem como interlocutores privilegiados dentro da nova ordem para fazer ouvir a voz dos trabalhadores e alcançar algumas “vitórias”⁵⁷. Assim, o número de sindicatos católicos constituídos até à instituição dos Sindicatos Nacionais, Casas do Povo e dos Pescadores foi bastante diminuto. Do mesmo modo, a audiência do Nacional Sindicalismo junto do operariado foi bastante limitada, apesar dos receios por parte dos anarquistas de que, tal como os comunistas, conseguissem ganhar mais posições, beneficiando do ambiente de repressão e clandestinidade em que viviam as associações. Assim, o problema maior que, no meio operário, os sindicalistas tiveram de defrontar nas sucessivas tentativas de reanimação e

⁵⁶ Tal posição não impedia, contudo, que os indivíduos associados nos sindicatos pertencessem a organizações políticas, como sucedia com os socialistas.

⁵⁷ Sobre os sindicatos católicos neste período veja-se o estudo de Inácia Rezola, *O Sindicalismo Católico...*2004.

reorganização das estruturas da CGT prendeu-se com a actuação comunista. Longe de se tratar dum partido operário radical saído do sindicalismo como uma organização dirigida para o combate político, o PCP penetrava no meio operário exausto por duas décadas de intensa luta social e política com uma retórica radical de ataque directo à actuação e ao prestígio da CGT, a qual era sistematicamente acusada de ser “objectivamente” responsável por todos os males que se tinham abatido sobre os trabalhadores portugueses. A incapacidade, incompetência e inconsequência dos “velhos métodos de luta” constituíam temas permanentes numa postura de arrogante superioridade intelectual que exasperavam os anarco-sindicalistas, impotentes porque cada vez mais impedidos de fazer chegar a sua voz às assembleias operárias.

As consequências da cisão comunista, com a atracção de jovens sindicalistas e com a saída de organismos sindicais que aderiram à Internacional Sindical Vermelha, fizeram-se sentir no interior da própria CGT que se debatia já com discórdias, ataques pessoais e má militância. Desafecções, desistências, divergências de natureza pessoal, recriminações entre militantes e até traições constituíam o pano de fundo do estado de desorientação da militância sindical que percorria todos os níveis da organização, levando a mudanças de campo, por vezes temporárias. À medida que falhavam as tentativas de tomar por dentro a direcção dos sindicatos por parte dos comunistas, a luta ideológica, que se mesclava com acusações e ataques pessoais, contribuía para a cristalização da organização operária, desenvolvendo-se atitudes no próprio meio libertário que raiavam o sectarismo e agudizavam divergências internas⁵⁸.

Efectivamente o movimento militar do 28 de Maio trouxera à luz do dia as divergências entre o grupo de Santos Arranha e Manuel Joaquim de Sousa, o qual contava com o apoio do Comité Confederal. O conflito que conduziu ao afastamento temporário de intelectuais e jornalistas-escritores como Ferreira de Castro, Jaime Brasil e outros, desembocou numa crise ao mais alto nível no seio da CGT num momento difícil para o sindicalismo⁵⁹. Sousa viria mais tarde a defender as suas posições, exacerbando o papel alegadamente contra-

⁵⁸ V. Manuel Henriques Rijo, delegado da Federação Ferroviária junto da CGT, “Relatório dum dos delegados da Federação Ferroviária ao Conselho Confederal”, 18-Set-1926, Lisboa. AHS. 3885 Ms. 785.

⁵⁹ De acordo com Manuel Henriques Rijo, a questão Arranha-Sousa criou uma cisão interna. Os delegados da Federação da Construção Civil e da Federação Vinícola abandonam o Conselho Confederal e este autodissolve-se sem ouvir os sindicatos. No dia 7 de Julho de 1926 Manuel Joaquim de Sousa pediu a demissão do cargo de secretário da secção de Uniões e Manuel da Silva Campos do cargo de secretário administrativo da CGT. Rijo refere divergências no seio do Conselho Confederal, com “acusações violentas e baixas”, nestes termos: enquanto uns se diziam sindicalistas revolucionários, outros libertários, outros faziam obra reformista. O desfecho mereceu o seguinte comentário daquele militante: “O Conselho Confederal antes de se dissolver nomeou uma Comissão para substituir o Comité Confederal, director e administrador do jornal (*A Batalha*), porém essa nomeação recaiu em camaradas que tinham tomado parte no conflito, uns e outros já há algum tempo que não iam ao Conselho. Ficou assim terminado o conflito da CGT. Uma Revolução no seio da organização operária que terminou por uma ditadura sem ser a do proletariado...”. AHS. 3885 Ms. 785.

revolucionário que *A Batalha* tinha vindo a desenvolver face à movimentação das forças conservadoras. Segundo ele, o órgão da organização operária tinha-se tornado numa escola de jornalistas profissionais que, apesar da sua dedicação às causas sociais, exerciam um jornalismo radical, a raiar o sensacionalismo e a exploração de escândalos (como o caso Angola e Metrópole), descurando o seu papel fundamental como órgão doutrinário e mobilizador dos trabalhadores. No entanto, a sua delegação ao 2º Congresso da AIT que decorreu na Holanda em 1925 foi contestada e ele próprio seria acusado de ser responsável por muitos dos problemas que a organização atravessava⁶⁰. Enquanto uns valorizavam as solidariedades de classe sobre as questões ideológicas, a sua filiação ao anarquismo de Kropotkine permitia-lhe perceber o alcance da ameaça comunista que medrava no meio operário. Assim, embora não seja possível medir até que ponto as clivagens no seio da militância operária contribuíram para o afastamento de muitos militantes, a documentação sobrevivente oferece-nos alguns sinais indicativos das dificuldades sentidas na reanimação dos organismos federativos pelo menos desde 1924⁶¹.

Como resultado, no início dos anos '30 tornara-se clara a desintegração que a CGT estava a sofrer quando os socialistas começaram a criar a sua própria organização, a Federação das Associações Operárias (FAO) enquanto outros, que se mantiveram à margem deste combate, agruparam-se nos Sindicatos Autónomos. Para a maioria dos militantes operários, a luta ideológica “fratricida” era tanto mais incompreensível quanto as dificuldades vividas impunham a necessidade de concertação⁶². Aos anarco-sindicalistas exasperava não apenas o aparecimento duma força capaz de distribuir propaganda gratuitamente no meio operário (tal como os Católicos e os Nacionais Sindicalistas) quando a CGT lutava com graves dificuldades financeiras, como também a propaganda indirecta exercida pela polícia

⁶⁰ V. *Relatório do Comité Confederal da CGT ao 2º Congresso da AIT (Holanda, Primavera), 1925*, incompleto. AHS 3911 ms. 39

⁶¹ Veja-se, por exemplo, a documentação da Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa depositada no AHS.

⁶² Serve de ilustração, a este respeito, a posição assumida pelo Comité Confederal em Janeiro de 1931 quando o alfaiate Carlos Silva propôs “que entre as três tendências que lutam no movimento operário, anarquistas e anarco-sindicalistas, socialistas e os chamados comunistas (partidários da ditadura do Partido Comunista) se faça a frente única.” Foi-lhe explicado por cada um dos presentes “por que o Comité Confederal não podia participar nesse trabalho colectivamente, porquanto este (órgão) não é mais que o mandatário do Conselho Confederal e bem assim dos Congressos Operários que à CGT têm demarcado uma orientação bem definida. Individualmente, cada um dos presentes pomenorizou aquele camarada, os ataques baixos e infamantes, as denúncias constantes e todo um trabalho de persistente ataque e desmembramento de que a CGT tem sido vítima por parte dos comu, digo, bolchevistas, que não hesitam em recorrer à denúncia pública, com risco imediato para a dignidade e segurança colectiva e individual dos militantes que nela militam. Respondeu Carlos Silva que se devia fazer por esquecer essas coisas, reconhecendo, no entanto, que aqueles processos, não sendo dignos, podem ser filhos da paixão partidária e que, portanto, havia necessidade de se fazer um entendimento com todos os indivíduos para acabarem esses ataques que só serviam para dar força à burguesia. Esperava, mesmo assim, que a CGT faria o possível para se alcançar o objectivo a que se propunha, a unificação das forças operárias”. AHS-CGT. Ms.262: Actas do Comité Confederal da CGT de 29-12-1931 a 18-4-1932 assinadas por Germinal de Sousa.

política e pela imprensa nos meios populares (pela ênfase que dava à luta contra o bolchevismo), a denúncia pública da acção dos sindicalistas que facilitava a vida à polícia, enfim, o facto da sua actuação na prática contrastar o radicalismo propagandeado.

5. Após o 11 de Janeiro de 1934

A entrada em vigor da lei das corporações em 1934 foi imediatamente percebida como “o mais rude golpe dado à CGT”⁶³. Os sindicatos aderentes que não aceitaram submeter-se à estatização foram encerrados, os seus haveres apreendidos e os militantes ficaram sem locais para reunir e entraram numa segunda clandestinidade, mais dura e mais afastada do meio operário. Apesar da CGT manter ainda o prestígio junto da classe trabalhadora, a quase totalidade dos militantes encontrava-se na prisão, no exílio ou tinham sido deportados. Os que ficaram tentavam ainda criar sindicatos clandestinos e, quando o seu número se mostrava insuficiente, agrupavam-se em sindicatos mistos com base local⁶⁴. Assim, alguns sindicatos clandestinos ou grupos sindicais foram ainda criados entre os operários da construção civil, metalúrgicos, mobiliário, gráficos, padeiros, sapateiros, empregados no comércio, conserveiros e corticeiros. Se ainda se mantinham alguns contactos com o Sul do país, com o Norte tinham praticamente cessado. Em Março de 1935 reaparecia *A Batalha* e até Junho de 1937, quando pela terceira vez foi apreendida, publicaram-se vários boletins de classes como o *Eco Metalúrgico*, o *Operário do Mobiliário* e o *Pessoal do Município*⁶⁵. No meio do ambiente de terror e de suspeição que invadira a actividade clandestina, conseguiu-se o requinte de imprimir em grande formato e a duas cores aquele jornal bem como outros números de *O Despertar* (órgão das Juventudes Libertárias), de *O Libertário* e de *Acção Sindical* pois a tipografia era comum à FARP. Neste período tinham-se reconstituído algumas ligações com a província, com as colónias e estrangeiro, havendo organizações regionais no Vale do Sado, no Alentejo Central, no Norte e no Algarve. Mantinham-se organizações locais em Lisboa, Almada, Barreiro, Seixal, Setúbal, Évora e Coimbra e havia relações com pequenos núcleos na Covilhã e nos arredores de Lisboa.

⁶³ “A verdadeira essência desse monstruoso código (o que tinha criado os Sindicatos Nacionais) foi aniquilar todo o movimento Sindical Revolucionário e sujeitá-lo depois a enquadrar-se na maquinaria estatal, e desfeita a organização e resistência dos trabalhadores deixou livre as sevícias do capitalismo.” *Vozes clandestinas de Portugal. Aos trabalhadores e aos revolucionários de todo o Mundo!* – AHS 6052 ms 2529.

⁶⁴ De acordo com um relatório de 1937, depois das prisões realizadas antes e na sequência do 18 de Janeiro restava em liberdade apenas 1 membro do Comité Confederal e “2 jovens inexperientes que ajudavam o anterior secretário e nos braços dos quais caíra inopinadamente a vida confederal, guiados pela perseverança dos que estavam no cárcere” (AHS MS.40 AHS. 2669, *Relatório do Comité Confederal da CGT a apresentar no Pleno Confederal*, Setembro de 1934 – Agosto 1937).

⁶⁵ *Relatório do Comité Confederal da CGT a apresentar no Pleno Confederal, Setembro de 1934 – Agosto 1937.* AHS MS.40 AHS. 2669.

Entretanto, era perceptível que a organização corporativa tinha alargado a base de apoio ao regime, constituída por “um funcionalismo com um estado-maior ganhando chorudos ordenados pagos pelos consumidores”⁶⁶. Segundo Sérgio de Castro, o regime mantinha-se porque Salazar amedrontava constantemente o exército e as forças democráticas “com o papão bolchevista” e estes temiam que o ansiado regresso à normalidade fosse acompanhada pela revolta popular, ainda mais temida. Embora se pensasse que o tão aspirado (e cada vez mais distante!) regresso à “normalidade” voltasse a relançar a CGT, a organização encontrava-se cada vez mais enfraquecida e incapaz de desencadear qualquer acto de boicote ao apoio que Salazar estava a prestar a Franco, como gesto de solidariedade durante a Revolução Espanhola.

A Revolução em Espanha colocou a CGT perante uma agenda para a qual não estava minimamente preparada: a da revolução imediata e o da unificação anti-fascista. A relutância por parte da CGT em integrar uma “frente anti-fascista” foi encarada seriamente como uma estratégia que conduziria ao reforço papel dos comunistas. Usando argumentos que se fundamentavam nas posições assumidas nos últimos Congressos operários, base da legitimidade da acção dos órgãos confederais, a posição da CGT foi mal recebida e acabou por isolá-la ainda mais no exterior⁶⁷. O ambiente de medo, por sua vez, paralisava a militância que ainda podia resistir, afastando-a das técnicas propaganda e de recrutamento de massas que pareciam constituir a imagem de marca da militância concorrente. O episódio das “bombas dos ministérios” (na noite de 20 de Janeiro de 1937), no qual participaram alguns militantes já desagregados, constitui o acto final mais visível desse ambiente de impotência⁶⁸. Daí a urgência em fazer *alguma coisa* face aos acontecimentos dramáticos que estavam a ocorrer no país vizinho e que, afinal, visava também romper com o terror paralisante que resultava da eficácia da acção policial muito propagandeada. O atentado contra Salazar, a 4 de Setembro daquele ano, inscreve-se nesta lógica em que as acções desencadeadas assentavam em redes de contactos conhecidas, e onde a participação se fez a título individual porque já não havia qualquer possibilidade de acção no quadro orgânico do sindicalismo.

Desde 1934 que a cotização confederal era arbitrária, anormal e insignificante. As maiores verbas vinham de quetes, rifas e donativos. Em 1938 quase todos os grupos sindicais encontravam-se em dissolução. A cotização confederal deixara de poder fazer-se e recolhiam-

⁶⁶ AHS N.61, 4104 Ms. 1255 – *Relatório do Comité Confederal da CGT* (de Sérgio de Castro), s.d. (1938).

⁶⁷ De acordo com este relatório a CNT tinha convidado a CGT para o Congresso de Saragoça mas desta missão pouco tinha resultado “porque a revolução espanhola veio isolar-nos infelizmente”. Nele se deliberara auxiliar a CGT: “abria-se ali uma nova era, embora sempre perturbada pelo desprendimento do espírito espanhol às cousas alheias” (AHS MS.40 AHS. 2669).

⁶⁸ Sobre estes acontecimentos veja-se o testemunho de Emídio Santana, *História de um atentado. O atentado a Salazar*, Mem Martins, Publicações Fórum, 1976, pp. 21-35.

se apenas fundos tendo em vista a prossecução de objectivos concretos, nomeadamente, o apoio aos presos sociais. Finalmente, o Comité Confederal deixara de funcionar⁶⁹. A história da resistência libertária nestes anos viveu sobretudo da actuação dos seus agrupamentos específicos e dos exilados em Espanha que se organizaram na FAPE (Federação Anarquista dos Portugueses no Exílio) e que combateram ao lado dos republicanos. No entanto, a participação da CNT no governo republicano e o acto revolucionário final dos anarquistas em Barcelona seria explorado pela propaganda comunista, ao mesmo tempo que abria cisões internas duradouras no seio libertário.

5. Conclusão

No início dos anos '30, a CGT encontrava-se já bastante debilitada devido, em larga medida, ao desgaste provocado pela intensa conflitualidade social registada na década anterior e à erosão provocada pela cisão comunista. Foi já numa situação de grande fragilidade e de desorientação interna que a CGT se encontrou perante o movimento do 28 de Maio de 1926, um episódio que se inscreve no ambiente larvar de guerra civil em que Portugal vivia desde finais de 1922 e que perduraria ainda nos dois anos seguintes. Os sucessivos embates contra as forças conservadoras acabaram por revelar a incapacidade da CGT para usar a greve geral como um instrumento revolucionário e de resistência eficiente. Essa incapacidade, afinal, expressava menos a fraqueza teórica do princípio sindicalista, do que o progressivo isolamento da sua militância nos meios operários no contexto da ofensiva patronal e policial. Deste modo, compreende-se a sedução de muitos sindicatos pelas propostas comunistas, bem como o seu efeito desagregador sobre o conjunto do movimento. Por outro lado, o que sabemos da participação da CGT nos movimentos de resistência à Ditadura aponta para um divórcio entre as forças afectas ao ideal duma República democrática, que apelaram mais à iniciativa dos militares para combater a Ditadura, e a agenda da própria da organização confederal. O receio de que “o poder caísse na rua” ou da revolução social impediu os chefes militares republicanos fossem mais longe nas suas iniciativas e apelassem à mobilização armada dos civis. Assim, depois de 1926, a CGT encontrava-se numa posição em que não podia fazer muito mais do que tentar tirar partido das iniciativas dos militares do “revirinho”. Daí também a sua posição de ambiguidade entre a “via legalista” e a acção revolucionária, ou entre os imperativos da acção sindical quotidiana em defesa das poucas “regalias” alcançadas pelas diferentes “classes”, onde as energias se desgastavam em reuniões públicas perigosas,

⁶⁹ Nota informativa para o Comité Confederal, A. Lima, delegado dos empregados do Comércio, AHS 3863 ms 1503.

em petições, nos corredores dos governos civis e ministérios, e a acção revolucionária protagonizada pelos “comités”.

A análise da documentação hoje depositada no AHS evidencia o esforço de reanimação da vida sindical em três momentos tendo em vista o reforço da CGT como força revolucionária: primeiro, nos meses que se seguem ao 28 de Maio de 1926; depois, entre os finais de 1929 e o ano de 1932 e, finalmente, em 1934. Esse esforço foi seriamente perturbado pela eficácia policial, pela ofensiva patronal apoiada pela acção do Estado e pelas profundas clivagens ideológicas que atravessava a militância social. Na sequência desses esforços, os sucessivos embates contra o novo regime autoritário, em 1927, em 1931-1932 e, finalmente, em 1934, conduziram a um contínuo depauperamento de recursos materiais e humanos, revelando a incapacidade operacional da CGT. O investimento progressivo da militância libertária na sua organização específica ao longo dos anos ‘30 pode ser assim interpretado, simultaneamente, tanto como uma reacção às condições adversas em que ela se exercia como também uma resposta à inoperância estratégica do anarco-sindicalismo como força revolucionária. Nesta perspectiva, o episódio do atentado contra Salazar constituiu uma tentativa desesperada de romper, através da propaganda pelo facto, o isolamento a que o novo regime tinha condenado os anarco-sindicalistas e, afinal, todos os seus opositores.